

PLANO DE AÇÃO E INTEGRAÇÃO DE GÊNERO BRA/18/G31

Plano de Ação e Integração de Gênero BRA/18/G31 - FITOTERÁPICOS

Contexto das mulheres no rural e as plantas medicinais

Atualmente, o conceito de gênero é usado, fundamentalmente, como uma categoria de análise, para compreender diferenças sociais e culturalmente construídas, e as relações de poder que se estabelecem entre homens e mulheres num contexto de ação concretas. A Análise de Gênero, portanto, implica analisar as diferentes maneiras através das quais mulheres e homens são afetados por uma situação ou uma ação, em função da sua diferente condição jurídica e social, os seus papéis e responsabilidades, bem como os diferentes benefícios e desvantagens que podem derivar dela.

A presença das mulheres nas atividades agrícolas e não agrícolas é constituída por diferentes espaços e estratégias de atuação desde a relação com os recursos naturais e o ambiente, passando pela sustentabilidade da vida até as esferas de comercialização. Embora as mulheres rurais atuem fortemente nas atividades produtivas, especialmente, nos quintais produtivos, hortas, criação de aves e pequenos animais, plantas medicinais, entre outras, que variam conforme a região do país, a sua participação econômica não se traduz em participação na gestão econômica dos empreendimentos (NOBRE, 2005)¹.

A população rural da América Latina e Caribe (ALC) correspondia a cerca de 21% da população em 2015, e representava pouco mais de 129 milhões de pessoas distribuídas em 33 países, desse total, quase metade da população são mulheres e cerca de 20% pertencem a povos indígenas. As mulheres rurais representavam 20% da força de trabalho agrícola na América Latina em 2010, com diferentes formas de inserção no mundo do trabalho; entre eles, trabalho autônomo, trabalho não remunerado e trabalho assalariado em empresas ou outras unidades produtivas².

Ainda assim as mulheres convivem com inúmeras situações de vulnerabilidade social e econômica. Muitas delas são destituídas dos direitos sociais fundamentais

¹ NOBRE, M. **Relações de gênero e agricultura familiar**. In. Feminismo e luta das mulheres: análise e debates. NOBRE, M. FARIA, N. SILVEIRA, M.L. Sempre Viva Organização Feminista, São Paulo, 2005

² <https://www.fao.org/3/i7916s/i7916s.pdf>

básicos, tais como acesso à cidadania, educação, moradia e saúde. Soma-se a isto o não reconhecimento de sua condição de agricultora familiar, trabalhadora rural e camponesa.

O papel que as mulheres exercem na reprodução da família ainda é visto a partir da posição que ela ocupa na família, como filha, esposa ou mãe. Além disso, o trabalho realizado na propriedade é percebido como mera ajuda ao pai ou ao marido. Essa invisibilidade e desvalorização do trabalho das mulheres e sua escassa participação na gestão econômica que resultam da divisão sexual do trabalho.

Esta divisão é marcada pela separação entre as atividades produtivas, tidas como masculina que inclui o trabalho remunerado, de caráter público e, as reprodutivas, tidas como femininas, em que se situa o trabalho doméstico e de cuidados não remunerado, circunscrito ao universo privado. As atividades normalmente desenvolvidas pelas mulheres ocorrem nos quintais e entorno da moradia, representadas pelo cultivo de hortas e plantas medicinais, criação de aves e pequenos animais ou ainda, na realização de beneficiamento de alimentos, panificação e derivados de leite, além do exercício de atividades de artesanato. Tal separação gera hierarquias e valorações distintas em favor do trabalho realizado pelos homens.

A divisão sexual do trabalho está na base social das desigualdades. Kergoat (2007)³, que teve um papel relevante para sistematizar esse conceito, considera que há dois princípios organizadores da divisão sexual do trabalho. O primeiro deles é a separação, definido pelo que é trabalho de homens e de mulheres. O segundo é a hierarquia, que considera que o trabalho dos homens vale mais do que o das mulheres.

Uma das principais justificativas ideológicas para a divisão sexual do trabalho é a naturalização da desigualdade, que empurra para o biológico as construções sociais e as práticas de homens e mulheres. Ou seja, atribui a uma essência biológica, como parte da natureza, a construção do masculino e do feminino. Mas é preciso articular a ideologia, a reprodução simbólica, com a existência de uma base material. (Faria, 2011)⁴

³ KERGOAT, D; HIRATA, H. **Novas Configurações da divisão sexual do trabalho: Genre, Travail, Mobilités**, Centre National de la Recherche Scientifique. Cadernos de Pesquisa, V. 37, set/dez 2007

⁴ FARIA, N. **Mulheres Rurais na economia solidária**. In. Autonomia e Cidadania: políticas de organização produtiva para as mulheres no meio rural. BUTTO, Andrea. DANTAS, Isolda (orgs.). Brasília: MDA, 2011, p. 37-53

Para Hirata (2010)⁵, dentro da lógica da divisão sexual do trabalho, o cuidado se constitui como uma tarefa doméstica e, portanto, é compreendido como uma tarefa feminina, embora seja uma necessidade de toda a humanidade. A autora afirma que o cuidado tem sido abordado a partir de uma tese central de que todas as pessoas são vulneráveis, portanto, em algum momento da vida, todas as pessoas poderão necessitar de cuidados.

Neste sentido, a manipulação das plantas medicinais, inserida no contexto doméstico e às tarefas do cuidado, acabou sendo, historicamente, compreendida e desenvolvida como uma tarefa protagonizada na maioria das vezes pelas mulheres. Embora muitos homens conheçam as ervas e saibam suas ações no organismo, geralmente quem prepara os remédios e os administra aos enfermos “de casa” são as mulheres.

As mulheres rurais, ao longo de suas vidas, além de desenvolverem e manterem os saberes tradicionais que lhes foram transmitidos, construíram referências junto às suas famílias e comunidades. As mulheres rurais estão colocadas no centro do debate que envolve a biodiversidade e, os saberes populares em saúde. Isto se dá por um conjunto de fatores que envolvem a vida destas mulheres, como o fato de viverem em proximidade geográfica com o que ainda existe de plantas nativas, por trabalharem na agricultura e por serem detentoras de muitos saberes que fazem parte das práticas do cuidado.

Dentro deste contexto, o cuidado com a saúde da família e da própria comunidade, sob a compreensão de ser um trabalho feminino, proporcionou que as mulheres, com atribuição histórica do cuidado com a família, desenvolvessem habilidades junto as tarefas vinculadas aos saberes populares em saúde. Tais habilidades, foram apropriados e repassados de geração para geração e permitiu que conseguissem tornar estas práticas e saberes de saúde como fonte de protagonismo e de referência em seus espaços de vivência social, mesmo sendo um trabalho desvalorizado perante a sociedade em geral

⁵ HIRATA, H. **Teorias e práticas do care**. In: FARIA, N.; MORENO, R. (Orgs.) Cuidado, trabalho e autonomia das mulheres. São Paulo: SOF, 2010.

Segundo Costa (2019)⁶ a partir das relações com as plantas medicinais e seus saberes, estas mulheres se relacionam com seu meio, atribuindo novos valores aos seus saberes e novas formas de sociabilidade. Para Marques et ali (2015)⁷ as “plantas medicinais’ são consideradas ponto de partida e um tema agregador na medida em que fazem parte de um reconhecido (ou construído) universo feminino. Neste universo, conhecer as plantas e saber usá-las é motivo de orgulho e de auto valoração, pois contribui, sobremaneira, para o crescimento da autoestima. Para os pesquisadores ele é um tema agregador das discussões sobre soberania alimentar e conservação da biodiversidade.

Ainda, Marques et ali (2015) aponta que a articulação crescente das experiências relacionadas às plantas medicinais direciona outras práticas sociais das mulheres, que permitem o resgate da cidadania, além das preocupações com problemas ambientais, vistas como oportunidades e vínculos entre distintas ações.

No âmbito do projeto BRA/18/G31 – Fitoterápicos, ao mapear as cadeias produtivas, segundo o documento do projeto⁸, houve “um esforço para identificar mulheres e grupos de mulheres envolvidas nas cadeias de valor de plantas medicinais”. O documento aponta “que das 368 entrevistas realizadas, 206 foram com mulheres pertencentes à diferentes categorias de atores sociais, o que representa 56% do público entrevistado”, porém o próprio documento identifica dois pontos importantes para a presente análise:

- a) as práticas de comercialização e atividades mais rentáveis da cadeia são dominadas pelos homens;
- b) há distintos graus de organização e articulação entre os grupos de mulheres.

As dificuldades da inserção das mulheres nas atividades de comercialização, para as pesquisadoras Siliprandi e Cintrão (2011)⁹, ocorrem em função de suas

⁶ COSTA, J. de A. **Mulheres Rurais e Plantas Medicinais: Saberes, Socialidades e Autonomia Feminina**. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Maria, Centro de Ciências Rurais, Programa de Pós-graduação em Extensão Rural, RS, 2019

⁷ CHARÃO-MARQUES, F. et al. **As mulheres e as plantas medicinais: reflexões sobre o papel do cuidado e suas implicações**. Retratos de Assentamentos, v. 18, n. 1, p. 155-181, 2015.

⁸ Projeto BRA/18/G31- Relatório mapeamento das cadeias de valor de plantas medicinais, Brasília, 2021 (mimeo)

⁹ SILIPRANDI, E. CINTRÃO, R. **As mulheres agricultoras e sua participação no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)**. In. Autonomia e Cidadania: políticas de organização produtiva para as mulheres no meio rural. BUTTO, A. DANTAS, I. (org.). Brasília: MDA, 2011, p. 153-191

atribuições de gênero serem voltadas prioritariamente para a vida doméstica e para o espaço privado. Tal situação leva as mulheres a participarem em circuitos privados de comercialização, logo elas terão baixos rendimentos, pequenos volumes de produção e comercialização, escasso capital de giro, precárias condições logísticas de escoamentos dos produtos e, ficando restrita as estratégias locais e comunitárias de comércio (FARIA, 2011).

Por sua vez, segundo o mesmo documento do projeto, a organização produtiva é pulverizada e majoritariamente dirigida por mulheres com distintos graus de articulação. Essa observação vem de encontro com o mapeamento para a identificação de organizações produtivas de mulheres feito em 2005 e 2007 pela Secretária Nacional da Economia Solidária (SENAES), do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). Foram identificados 774 empreendimentos rurais constituídos exclusivamente por mulheres (SILVA, 2009).

Esses levantamentos mostraram que esses empreendimentos, em geral, eram pequenos (com número médio de 15 sócias), com pouca experiência em atividades produtivas e na organização coletiva da gestão. A maioria dos grupos de mulheres não possuía formalização, sede própria. Aqueles com intenção em se formalizar, encontravam entraves como o grau de exigência legal e custos envolvidos. Outro dado que vale ressaltar é que muitos grupos desenvolviam suas atividades de produção de forma coletiva, fazendo uso comum de equipamentos e infraestrutura.

Essa forma de organização de grupos produtivos é uma forma encontrada pelas mulheres de se contraporem ao processo de exclusão por elas vivenciado no contexto da produção no meio rural, se constituindo como possibilidades para o seu fortalecimento pessoal e coletivo, de melhoria das condições de vida, geração de renda e autonomia econômica.

Na conversa com as mulheres selecionadas para essa prospecção¹⁰, a maioria o processo de organização se iniciou realizando atividades nos seus quintais e próximo às suas casas. Já o contato com as plantas medicinais começou ainda na infância, pela observação de práticas e ensinamentos das mães, avós e /ou avôs, sendo que todos os saberes e fazeres acumulados sobre as plantas medicinais ocorreram por

¹⁰ Ver Anexo 1

transmissão intergeracional. Essa realidade torna nítida a importância de projetos para a preservação dos saberes populares locais, tomando-os como elementos que carregam potencial para o desenvolvimento sustentável da comunidade.

Apesar do contexto totalmente diferente, as trajetórias de vida destas mulheres também trazem consigo a marca da organização coletiva em prol da conquista de direitos. Nas falas elas sempre trouxeram a valorização de seus saberes, além de compreender a importância da transmissão para as gerações futuras. Outro fator importante observado é que elas demonstram compreender o amplo valor cultural e o importante valor de uso que estes remédios têm para suas comunidades e para a sociedade como um todo. Elas ainda demonstram receio que os interesses privados, como os da indústria química farmacêutica no desenvolvem novos fármacos, se apropriem destes saberes coletivos, pois parece que não pertence a ninguém, então podem ser explorados em benefício econômico privado. Esse receio das comunidades e grupos de mulheres pode ser um dos gargalos para a ampliação da produção do fitoterápicos, ou seja, o desconhecimento das legislações que protegem esses conhecimentos tradicionais.

Outro cuidado, por elas reafirmado, foi que o uso das plantas medicinais não nega os saberes médicos e científicos ou o uso de medicamentos químicos, quando necessário. Consideram que há uma banalização do uso de medicamentos, por entendê-los como parte de um processo de dependência desenvolvido pela indústria farmacêutica, que tem sua centralidade na obtenção de lucros e não na saúde da população. Mas, também reconhecem que existe um processo de valorização das práticas populares de saúde, com a quebra da barreira da desconfiança e alcance de um termo comum de respeito entre ambos.

Todas que participaram da conversa tiveram apoios ou curso de capacitação, seja pela Assistência Técnica Rural oficial, Sebrae ou SENAR. Apenas as vinculadas ao movimento sindical ou camponês tem algum acúmulo construído coletivamente em torno das pautas de gênero.

Todas trouxeram a preocupação de que o tratamento feito a base dos fitoterápicos é visto pela sociedade como falta de recursos para acesso a medicação convencional ou ausência de serviços de saúde pública.

Para produtoras, o trabalho traduz uma preocupação em encadear a importância com a alimentação, a forma como as pessoas vivem, ou seja, uma consciência complexa da relação entre as formas de vida, a alimentação e a saúde. Além disso, há uma preocupação com o planeta, logo, compreendem a necessidade maior respeito e cuidado com a natureza como elementos necessários para a sobrevivência das plantas medicinais.

Quando perguntado da necessidade de treinamento/formação, todas acham que é importante, nos temas de cooperativismo, de troca de saberes¹¹, de embalagem e tecnologias de mídia nas redes sociais¹². Uma problematização, lembrada por uma das produtoras, foi a resistência dos jovens ao uso das plantas medicinais. Consideram necessário um processo de sensibilização e formação, como curso sobre prática de uso de plantas medicinais nas comunidades ou escolas.

Também foi lembrado que faltam medidas de proteção das espécies, como o uso de agrotóxicos amplamente utilizado, muitas vezes em estabelecimentos são limítrofes com os quintais produtivos. Finalmente, reforçam a necessidade de uma assistência técnica adequada para o manejo sustentável da produção de planta medicinal.

Estrutura legal sobre integração de Gênero nas políticas ambientais

A importância da abordagem de gênero para a conservação da biodiversidade é respaldada nos principais protocolos internacionais e marcos ratificados pelo Brasil, além da legislação nacional, políticas, planos e programas.

¹¹ Essa troca de saberes, pode ser entendido como intercâmbio, conhecer outras práticas junto a outras comunidades

¹² Elas vêm um potencial espaço para aprender e divulgar os seus produtos

Principais Protocolos Internacionais e Marcos Ratificados pelo Brasil	
<u>Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher</u>	Convenção reconhece o papel significativo que as mulheres do meio rural desempenham na sobrevivência econômica de suas famílias (Artigo 14) e que estas atividades se baseiam, em grande parte, em ecossistemas.
<u>Plataforma de Ação de Beijing</u>	<u>Conferência Mundial sobre a Mulher</u> realizada em Nairóbi em 1985 foi um dos primeiros fóruns internacionais a enfatizar a importância da igualdade de gênero e da participação da mulher para o desenvolvimento sustentável.
<u>Declaração Beijing+25</u>	Em 2020 expressa o compromisso dos Estados de intensificar os esforços para integrar uma perspectiva de gênero nas políticas ambientais, de mudança climática e de redução de riscos de desastres, considerando não apenas a vulnerabilidade experimentada por mulheres e meninas, mas também a importância da liderança das mulheres na tomada de decisões ambientais
<u>Marco Global para a Biodiversidade Pós-2020 da CDB</u>	Começou na primeira fase da <u>COP15 em Kunming, China</u> , e deve continuar na segunda fase a ser realizada em abril de 2022, pode oferecer mais uma oportunidade para promover os direitos da mulheres. A CDB refere-se ao papel vital que as mulheres desempenham na conservação e no uso sustentável da diversidade biológica, e à necessidade de sua plena participação em todos os níveis da formulação e implementação de políticas de biodiversidade.
66ª sessão da <u>Comissão sobre o Estatuto das Mulheres</u> – ONU - 2022	Conclusões sobre a ação dos estados membros em alcançar a igualdade de gênero e o empoderamento de todas as mulheres e meninas no contexto das mudanças climáticas, políticas e programas de redução de riscos de desastres e ambientais
Agenda 2030 da ONU	5º - Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) é alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas.
Legislação Nacional, Políticas, Planos e Programas	
Constituição Federal Brasileira de 1988	Igualdade entre homens e mulheres é tema de dois artigos: Art. 5 e Art. 189.

Principais Protocolos Internacionais e Marcos Ratificados pelo Brasil	
Legislação Trabalhista - Lei 13.467/2017	Artigo 1 é proibido adotar práticas discriminatórias e com o objetivo de limitar o acesso à relação de emprego, ou sua manutenção em razão de sexo, origem, raça, cor, estado civil, status familiar ou idade, exceto nos casos de proteção infantil previsto no parágrafo 33 do artigo 7 da Constituição Federal
Plano Nacional de Política para Mulheres	Traz em um dos seus objetivos promover o fortalecimento econômico e o direito à vida de qualidade das mulheres no meio rural, respeitando as especificidades das mulheres do campo e da floresta e comunidades tradicionais (inclusive ribeirinhas), com garantia do acesso à terra, aos bens, aos equipamentos e aos serviços públicos
Programa Pró-Equidade Gênero e Raça	Programa incentiva o uso de práticas e ações que superem as desigualdades de gênero e raça no ambiente de trabalho
Plano Progredir - Decreto nº 9.160/2017	Tem como um dos objetivos articular e coordenar a oferta de serviços para inclusão produtiva, de forma a aproximar os trabalhadores e os empreendedores de baixa renda e o mundo do trabalho, por meio de ações de intermediação de mão de obra, qualificação profissional e empreendedorismo;
Portaria do MMA 287/2012	Esta portaria criou um Comitê Interno de Gênero, que pretende incentivar a reflexão sobre a inclusão da perspectiva de gênero às políticas ambientais.
Portaria Interministerial MDA/MDS/MMA nº 239, de 21/07/09 - Plano Nacional de Promoção das Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade (PNPSB).	Promove e acelera a eliminação da pobreza e da desigualdade social em áreas rurais, inclusive desigualdade em relação a gênero, raça e etnia, por meio de uma estratégia de desenvolvimento territorial sustentável.

Fonte: Quadro elaborado pela Autora

Mecanismo e Estratégia na integração das mulheres no projeto

O projeto BRA/18/G31 incluiu a implementação de salvaguardas sociais visando promover a igualdade para as mulheres das cadeias produtivas de fitoterápicos.

Será realizado uma dinâmica de monitoramento a cada 6 meses, que avalie os resultados do PAIG a partir das atividades realizadas, a verificação dos indicadores e sua eficácia de inclusão das mulheres que estão envolvidas na cadeia de valor das plantas medicinais no projeto. Além de identificar boas práticas e lições aprendidas que forem desenvolvidas no curso da implementação do projeto, o conjunto de informações que devem ser produzidas servirão para embasar o processo de avaliação que será feita pela coordenação do projeto.

Esta previsto a elaboração de um conjunto de materiais para os treinamentos e capacitação de mulheres e outras culturas para promoção da liderança feminina na negociação de acordos de Acesso e Repartição de Benefícios (ABS) e nas cadeias de valor de fitoterápicos.

E treinamentos com objetivo promover a formação de mulheres que estão atuando na cadeia de fitoterápicos aumentando sua capacidade de negociação dos Detentores de CTA e a liderança feminina nos acordos de ABS e nas cadeias de valor de fitoterápicos assim como módulos com objetivo é demonstrar que as desigualdades de gênero não são fatores naturais, mas socialmente construídos ao longo do tempo e que não são as diferenças biológicas que as justificam e como podem ser criadas oportunidades para as mulheres melhorarem sua posição e participarem de forma mais igualitária na cadeia de valor.

PLANO DE AÇÃO DE INTEGRAÇÃO DE GÊNERO

Ações em nível de projeto

- Criar oportunidades para as mulheres em todos os níveis das cadeias de valor;
- Promover a participação das mulheres em todas as atividades de treinamento, consulta e conscientização relacionadas ao projeto;
- Facilitar a participação delas no projeto, considerando sua capacidade em termos de tempo, tarefas, conhecimento etc.;
- Promover a disseminação da informação e comunicações para as mulheres e grupos de mulheres;
- Dar insumos aos Relatórios anuais de Implementação do Projeto e às reuniões do Conselho do Projeto (CP) e ao Comitê Consultivo do Projeto (CCP) em nível de integração de gênero, além de promover a gestão adaptativa necessária;
- Promover a participação das mulheres na Unidade de Gestão do Projeto, no Comitê Consultivo do Projeto e no Conselho do Projeto, além das consultorias do projeto;
- Manter contato com o Comitê Interno de Gênero do MMA, que pretende incentivar a reflexão sobre a inclusão de uma perspectiva de gênero nas políticas ambientais;
- Elaboração de investigações ou diagnósticos sobre a situação das mulheres nas cadeias de plantas medicinais;
- Definição de limiares mínimos (ou quotas) destinados às mulheres no apoio, pesquisa e capacitações e treinamentos.
- Ações destinadas ao empoderamento individual e coletivo das mulheres (workshops de liderança para mulheres, apoio a redes ou associações de mulheres do setor ou âmbito de intervenção);
- Atividades concretas para dar visibilidade à situação e à contribuição das mulheres (publicações, reportagens, exposições, artigos de imprensa, seminários, webinários, presença nas redes sociais...);
- Ações orientadas para abordar especificamente as problemáticas de gênero identificadas.

RESULTADO 1	Cadeias de valor fitoterápico estabelecidas em povos indígenas, povos e comunidades tradicionais e agricultores familiares (PIPCTAFs) nos Arranjos Produtivos Locais (APLs)				
	PRODUTO	FOCO DO PRODUTO	ATIVIDADE DE INTEGRAÇÃO REVISADOS	INDICADOR DE EFICÁCIA	INDICADOR DE EFETIVIDADE
PRODUTO 1.1	O mapeamento da cadeia de valor se baseia na pesquisa existente sobre espécies de plantas medicinais, análises de viabilidade e sustentabilidade para orientar a seleção das cadeias fitoterápicas promissoras	Realizar análises para rever e refinar a lista, para definir as espécies medicinais e cadeias de valor mais promissoras para posterior fortalecimento	<p>Definição de uma linha de base para a participação das mulheres em diferentes cadeias de valor e seus impactos.</p> <hr/> <p>Garantir a participação das mulheres na governança projeto</p>	Mapeamento das mulheres nos diferentes estágios de produção, manufatura, transporte e comercialização	<p>% de cadeias mapeadas com a participação de mulheres</p> <hr/> <p>% de grupos de mulheres consultadas</p> <hr/> <p>Número de mulheres participantes das Comissões Consultivas</p>
PRODUTO 1.2	As cadeias de valor fitoterápicas são desenvolvidas e fortalecidas nos Arranjos Produtivos Locais (APLs) nos quatro biomas alvos do projeto	Fortalecimento das cadeias de valor fitoterápico nos APLs no Brasil, pelo apoio aos APLs alvos selecionados	Desenvolvimento de um processo licitatório, com um dos critérios especificando um percentual mínimo de grupos de mulheres	Inclusão de 30% mínimo de grupos de mulheres no processo licitatório realizados	<p>30% de grupos de mulheres contratadas</p> <hr/> <p>50% de mulheres participantes do total de grupos contratados</p> <hr/> <p>30% dos recursos destinados a grupos de mulheres</p>

RESULTADO 1	Cadeias de valor fitoterápico estabelecidas em povos indígenas, povos e comunidades tradicionais e agricultores familiares (PIPCTAFs) nos Arranjos Produtivos Locais (APLs)				
	PRODUTO	FOCO DO PRODUTO	ATIVIDADE DE INTEGRAÇÃO REVISADOS	INDICADOR DE EFICÁCIA	INDICADOR DE EFETIVIDADE
			Treinamento em métodos sustentáveis de extrativismo e cultivos, e dos melhores vínculos com os mercados para mulheres.	20% dos projetos de mulheres apoiados com sustentabilidade econômica	30% Grupos de mulheres capacitadas
			Oferta de equipamentos e suprimentos para produção e processamento das plantas medicinais para mulheres.		20% grupos de mulheres beneficiadas com equipamentos e suprimento de produção
			Apoio do projeto em administração e gestão financeira para o fortalecimento de cooperativas lideradas por mulheres ou compostas por maioria de mulheres		20% de grupos de mulheres formalizadas em cooperativa ou

RESULTADO 1	Cadeias de valor fitoterápico estabelecidas em povos indígenas, povos e comunidades tradicionais e agricultores familiares (PICTAFs) nos Arranjos Produtivos Locais (APLs)				
	PRODUTO	FOCO DO PRODUTO	ATIVIDADE DE INTEGRAÇÃO REVISADOS	INDICADOR DE EFICÁCIA	INDICADOR DE EFETIVIDADE
PRODUTO 1.3	Diretrizes de melhores práticas, sistema de auto certificação agroecológica e salvaguardas postas em prática para incorporar a conservação da biodiversidade e o manejo de paisagem às paisagens produtivas alvos dentro dos APLs.	Monitoramento dos APLs de interesse para garantir que as salvaguardas socioambientais sejam aplicadas, o desenvolvimento das diretrizes de melhores práticas de extrativismo e cultivo, além da implementação de um sistema de auto certificação agroecológica	<p>Monitorar o apoio para os APLs de interesse pode garantir que as salvaguardas sociais estejam operacionais, além de avaliar os impactos do projeto nas mulheres</p> <p>Implementar diretrizes de boas práticas para o extrativismo visando a manutenção das populações de plantas medicinais que as mulheres participam</p> <p>A implementação do sistema de auto certificação agroecológica aumentará o nível de agricultura orgânica e beneficiará a saúde das mulheres e de suas famílias</p>	Projetos das mulheres com práticas sustentáveis de extrativismo e sistemas de auto certificação agroecologia implementado	<p>30% de APLs gerenciado por mulheres apoiados e monitorados</p> <p>APLs gerenciado por mulheres com auto certificação agroecológica implementado</p>

RESULTADO 2	P&D públicos e privados para o desenvolvimento de produtos medicinais à base de plantas nativas brasileiras acelerados pelo apoio estratégico a parcerias mais justas, assegurando o total envolvimento dos PIPCTAFs e conformidade com o sistema ABS				
	PRODUTO	FOCO DO PRODUTO	ATIVIDADE DE INTEGRAÇÃO REVISADOS	INDICADOR DE EFICÁCIA	INDICADOR DE EFETIVIDADE
PRODUTO 2.1	Parcerias entre instituições de pesquisa, o setor privado e/ou ONGs, em conformidade com o sistema ABS, são estabelecidas para promover a pesquisa e o desenvolvimento sobre plantas medicinais e produtos fitoterápicos	Realizar pesquisa e desenvolvimento das espécies de plantas medicinais promissoras, para produzir monografias	Esse produto não tem atividades integradora e indicadores de gênero por se tratar de pesquisa de desenvolvimento sobre plantas medicinais		
PRODUTO 2.2	Capacidade de negociação dos PIPCTAFs para celebrarem acordos de acesso e repartição de	Oferta de treinamento para as PIPCTAFs em legislação de ARB e em Capacidade de negociação e	O projeto se estenderá às mulheres e grupos de mulheres para incentivar sua participação no treinamento em legislação ARB	% número de grupos de mulheres que firmaram acordos de acesso e repartição de	% de mulheres que foram treinadas para entender a legislação

RESULTADO 2	P&D públicos e privados para o desenvolvimento de produtos medicinais à base de plantas nativas brasileiras acelerados pelo apoio estratégico a parcerias mais justas, assegurando o total envolvimento dos PIPCTAFs e conformidade com o sistema ABS				
	PRODUTO	FOCO DO PRODUTO	ATIVIDADE DE INTEGRAÇÃO REVISADOS	INDICADOR DE EFICÁCIA	INDICADOR DE EFETIVIDADE
	benefícios relacionados à pesquisa e ao desenvolvimento de recursos de plantas medicinais com instituições de pesquisa e empresas do setor privado fortalecida	prestação de assistência técnica e jurídica para as PIPCTAFs, quando necessário	O projeto incluirá treinamento direcionado às mulheres para fortalecer sua capacidade de assumir papéis de liderança nas negociações de ARB	benefícios, com melhores condições econômicas e sociais para as mulheres com assistência técnica e jurídica	% de grupo de mulheres que participaram dos treinamentos
			O projeto prestará assistência técnica e jurídica para os grupos de mulheres de interesse, para apoiar o desenvolvimento de acordos justos de ARB.		% grupo/cooperativas de mulheres que receberam assistência técnica

RESULTADO 3 Regulamentos simplificados e em conformidade com o sistema ABS incorporados ao sistema nacional de saúde pública para aumentar a demanda e oferecer maior acesso a produtos fitoterápicos à base de plantas nativas					
	PRODUTO	FOCO DO PRODUTO	ATIVIDADE DE INTEGRAÇÃO REVISADOS	INDICADOR DE EFICÁCIA	INDICADOR DE EFETIVIDADE
PRODUTO 3.1	As políticas facilitam a incorporação das regras de ABS de 2015 ao setor de saúde pública e promovem maior inclusão dos produtos medicinais fitoterápicos baseados no uso tradicional	Desenvolvimento de projeto de regulamento(s) para simplificar a produção de fitoterápicos com base na tradicionalidade e facilitar seu registro e notificação	Serão realizadas consultas com produtoras de plantas medicinais para identificar as melhorias necessárias aos regulamentos para simplificá-los e, assim, facilitar o aumento dos registros e licenciamentos de produtos tradicionais.	Serviços de saúde com produtos medicinais fitoterápicos produzidos por grupos/cooperativas de mulheres incorporadas.	30% de mulheres consultadas para identificação das melhorias para aumento de registros e licenciamentos
PRODUTO 3.2	Banco de dados em conformidade com o sistema ABS e maior consciência entre os municípios e clínicos gerais sobre os fitoterápicos e maior	O projeto aumentará o conhecimento dos municípios e médicos sobre os usos e benefícios das plantas medicinais.	Atividades integradoras e divulgação para que os municípios tenham conhecimentos dos grupos de mulheres que atuam nas cadeias de plantas medicinais	Municípios e médicos com conhecimento da importância dos benefícios das plantas fitoterápicas e dos grupos de	% de município que ampliou o uso e indicação de remédios fitoterápicos

RESULTADO 3	Regulamentos simplificados e em conformidade com o sistema ABS incorporados ao sistema nacional de saúde pública para aumentar a demanda e oferecer maior acesso a produtos fitoterápicos à base de plantas nativas				
	PRODUTO	FOCO DO PRODUTO	ATIVIDADE DE INTEGRAÇÃO REVISADOS	INDICADOR DE EFICÁCIA	INDICADOR DE EFETIVIDADE
	demanda pelo Sistema Único de Saúde (SUS).		Banco de dados com divulgação dos grupos produtoras e identificação dos grupos de mulheres.	mulheres produtoras	

RESULTADO 4	O sistema de monitoramento e avaliação (M&A) do projeto sensível a gênero é implementada para apoiar a gestão adaptativa de aprendizado				
	PRODUTO	FOCO DO PRODUTO	ATIVIDADE DE INTEGRAÇÃO REVISADOS	INDICADOR DE EFICÁCIA	INDICADOR DE EFETIVIDADE
PRODUTO 4.1	O sistema de monitoramento e avaliação (M&A) do projeto sensível a gênero é implementada para apoiar a gestão adaptativa de aprendizado	O sistema de M&A do projeto será implementado, inclusive com monitoramento de indicadores, preparação de relatórios anuais, Revisão Intermediária (MTR) e Avaliação de Conclusão (TE), entre outros.	Elaborar indicadores de resultados no projeto desagregado por gênero	sistema de M&A implementado	Indicadores de resultado gênero estabelecidos
			Elaborar relatórios semestrais sobre o monitoramento dos indicadores de efetividade proposto pelo PAIG		3 Relatório de Monitoramento elaborados
			Realizar oficinas de monitoramentos/avaliação junto aos grupos/cooperativas de mulheres		2 oficinas realizadas
			As Revisões Anuais de Implementação do Projeto (PIRs) também enfatizarão as realizações do projeto <i>vis a vis</i> a integração de gênero		Relatório anual elaborado

RESULTADO 4 O sistema de monitoramento e avaliação (M&A) do projeto sensível a gênero é implementada para apoiar a gestão adaptativa de aprendizado					
	PRODUTO	FOCO DO PRODUTO	ATIVIDADE DE INTEGRAÇÃO REVISADOS	INDICADOR DE EFICÁCIA	INDICADOR DE EFETIVIDADE
PRODUTO 4.2	A estratégia de comunicação e gestão de conhecimento é implementada, aumentando a consciência entre os principais interessados das cadeias de valor fitoterápico em conformidade com o ABS, ambientalmente sustentáveis, promovendo sua expansão	O projeto produzirá e divulgará materiais de comunicação e produtos de gestão de conhecimento sobre as lições aprendidas e as cadeias de valor de fitoterápicos.	Produção de materiais específicos para visibilizar os potenciais das mulheres da cadeia produtiva de plantas medicinais	Estratégia de comunicação inclusiva implantada durante o projeto	Número de visitas e entrevistas realizadas
			Produção dos materiais do projeto usar uma comunicação com abordagem de gênero que inclui o desenvolvimento de estratégias destinadas a difundir e sensibilizar em matéria de igualdade de gênero		Relatório com melhores práticas elaborado